

## Atuação do psicólogo escolar: análise de práticas que visam atender à perspectiva inclusiva

Tânia Gonçalves Martins  
Sergio Vasconcelos de Luna

**Como citar:** MARTINS, T. G.; LUNA, S. V. Atuação do psicólogo escolar: análise de práticas que visam atender à perspectiva inclusiva. *In:* MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M.; SOUZA, C. B. G. (org.). **Diferentes olhares sobre a inclusão**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 45-56. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-395-3.p45-56>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## CAPÍTULO 3

### ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR: ANÁLISE DE PRÁTICAS QUE VISAM ATENDER À PERSPECTIVA INCLUSIVA

*Tânia Gonçalves Martins*

*Sergio Vasconcelos de Luna*

#### INTRODUÇÃO

A Educação em nosso país enfrenta o desafio de transformar o sistema de ensino instituindo escolas inclusivas. Em foco estão as considerações sobre como atender às pessoas com deficiência, respeitando suas necessidades especiais, e sobre a melhoria da qualidade do ensino oferecido para esse grupo, que envolve mudanças estruturais nas instituições, qualificação profissional e reestruturação dos serviços e práticas pedagógicas.

Na implementação do princípio inclusivo, duas correntes se dividem quando se trata de definir os rumos da Educação Especial no sistema educacional. Alguns pesquisadores, como Mantoan (2003) e Prieto (2002), defendem a eliminação da estrutura atual, na qual subsistem dois sistemas paralelos de ensino – Educação Regular e Educação Especial – permanecendo apenas a Educação Inclusiva. Nessa proposta, as escolas especiais abririam mão

da tarefa de escolarização (visto que todos os alunos estariam frequentando o sistema de Educação Inclusiva) e assumiriam o atendimento às pessoas com deficiências, tornando-se um centro de referência e apoio técnico-pedagógico para assessorar os profissionais da educação.

Contrárias a essa proposição de inclusão total e defendendo outra forma de estruturação do sistema de ensino, Padilha e Freitas (2005) alertam para a necessidade de observarmos nossas condições e reais possibilidades antes de eliminarmos um serviço que até hoje assumiu a escolarização de pessoas com deficiência, sugerindo cautela com as posições que elas entendem como radicais e que representam as concepções da corrente que sustenta a ideia da inclusão total. Para essas autoras, não seria prudente ignorar que a porcentagem de alunos com deficiência que frequenta as escolas especiais ainda é bastante representativa quando comparada com a porcentagem dos que frequentam as escolas comuns, sem contar o grande número de pessoas ainda totalmente excluídas dos muros das escolas por razões diversas e que também devem ser contempladas com a reestruturação dos serviços.

Conforme Padilha e Freitas (2005), a Educação Inclusiva implica a revisão de práticas cristalizadas e a reformulação de todo o sistema tradicional de ensino. Uma mudança que, se for realizada de modo gradual, pode garantir sua efetivação e eficácia sem abrir mão, abruptamente, dos serviços conquistados, historicamente, por uma parcela da população.

[...] é perfeitamente possível construirmos um projeto de Educação Inclusiva responsável a partir das estruturas educacionais existentes em nossa sociedade. Pressupomos que o atual momento histórico requer a parceria entre a escola comum de ensino regular e o conhecimento e a experiência acumulados pela Educação Especial. (PADILHA; FREITAS, 2005, p. 22).

A parceria entre as escolas comuns e o ensino especial tem respaldo legal na *Declaração de Salamanca* (UNESCO, 1994) e nas *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica* (BRASIL, 2001), que propõem a prestação de serviço complementar pelo Ensino Especial, legitimando a existência das escolas especiais para atender a casos graves que as escolas comuns não têm condições de acolher. “Além

disso, é recomendada a utilização dos recursos humanos e materiais [...] para [as escolas especiais] atuarem como centro de formação e apoio aos professores da rede comum de ensino” (PADILHA; FREITAS, 2005, p. 39). Essa parceria foi o caminho escolhido pelo Estado de Minas Gerais para viabilizar o processo de transformação do sistema público de ensino, instituindo no Estado as escolas inclusivas.

### UM CAMINHO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MINAS GERAIS

O Governo do Estado de Minas Gerais assumiu o compromisso de implantar o sistema de ensino inclusivo. Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Educação, com a participação da Superintendência de Educação/ Diretoria de Educação Especial, Superintendências Regionais e instituições de ensino, iniciou em 2005 a implementação do Projeto Incluir, que visava “[...] organizar, no Estado, uma rede de escolas públicas em condições de atender adequadamente aos alunos com deficiência e condutas típicas”. Estava em foco adequar a estrutura física das instituições para garantir a acessibilidade e capacitar os profissionais para receber a nova clientela (MINAS GERAIS, 2004a).

Para a reestruturação do papel da Educação Especial, conforme a perspectiva inclusiva, foram aprovados, pelo Conselho Estadual de Educação, em maio de 2003, o Parecer n. 424, que “[...] propõe normas para a Educação Especial na educação básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 2003a), e a Resolução n. 451, “[...] que fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino” (MINAS GERAIS, 2003b).

Em 9 de abril de 2005, foi publicada a Orientação SD n. 1 da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, “[...] que orienta o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiência” (MINAS GERAIS, 2005).

A Orientação SD n. 1 (MINAS GERAIS, 2005) define que os alunos com condutas típicas e deficiências representam a clientela que deve ser beneficiada com o atendimento especializado. Esse atendimento deve ser oferecido por meio de serviços de apoio (itinerância, interpretação

de LIBRAS, instrução de LIBRAS, instrução de Códigos Aplicáveis, orientação e mobilidade, guia intérprete, professor de apoio); serviços de complementação (sala de recursos, oficinas pedagógicas de formação e capacitação profissional); ou serviços de substituição (classe especial, escola especial). O atendimento substitutivo na Escola Especial deve ser de caráter transitório, “[...] somente alunos que apresentam níveis maiores de comprometimento deverão ter a escolarização restrita à escola especializada” (MINAS GERAIS, 2005).

A Orientação SD n. 1 (MINAS GERAIS, 2005) estabelece, ainda, que as escolas especiais prestem apoio técnico e teórico às escolas comuns que recebam alunos com deficiências e condutas típicas, auxiliando no planejamento e nas estratégias de ensino, objetivando o desenvolvimento e a aprendizagem desta clientela.

Seguindo essa determinação, no segundo semestre de 2006, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Superintendência de Educação, da Diretoria de Educação Especial e das Superintendências regionais de ensino, implantou nas escolas estaduais de ensino especial o *Projeto Escolas Especiais: Um Novo Tempo*, com o objetivo de “[...] reorganizar as escolas especiais da rede estadual de ensino para atuarem na Rede de Apoio às escolas comuns públicas que tenham alunos com deficiência e condutas típicas” (MINAS GERAIS, 2006).

O *Projeto Escolas Especiais: Um Novo Tempo*, implantado pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, foi concebido para mobilizar e assessorar os profissionais dessas instituições, a fim de que atendessem, a partir do ano letivo de 2007, a uma nova proposta de ação que visava transformar as escolas especiais em centros de apoio para as escolas comuns, caracterizando-se como um serviço complementar da Educação Inclusiva e contribuindo para o atendimento adequado de alunos com deficiência e todos os que apresentassem necessidades educacionais especiais. Por meio de reuniões mensais, mediadas por um coordenador, os profissionais que atuavam nas Escolas Estaduais de Educação Especial de Minas Gerais foram orientados e preparados para assumir esse novo modelo de atendimento, pela revisão de suas práticas pedagógicas, dos atendimentos especializados e da proposição de um novo projeto político-pedagógico (PPP).

Levando em conta que as escolas especiais da Rede Estadual de Minas Gerais contam com os serviços do psicólogo no seu quadro funcional e que esse profissional – como os demais – deveria reformular sua prática, nesse momento de implementação do Projeto *Escolas Especiais: Um Novo Tempo*, de sorte a viabilizar a efetivação da proposta de transformar as escolas especiais em centros de apoio às escolas inclusivas, a presente pesquisa teve como objetivo:

- identificar a(s) função(ões) destinada(s) aos psicólogos dentro do projeto político-pedagógico elaborado por esses centros de apoio, tendo em vista a necessidade de adequação e planejamento dos serviços para atender à perspectiva inclusiva;
- identificar e analisar as funções a que esses profissionais se atribuem, dentro desse projeto, para atender à perspectiva inclusiva.

## MÉTODO

Optou-se pela coleta de informações em duas fontes: 1) nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), documentos que apresentavam a estruturação de serviços e as funções atribuídas aos profissionais nas instituições; 2) com os psicólogos que atuavam nas escolas estaduais de ensino especial de Belo Horizonte e vivenciaram o processo de mudança proposto para a Educação Especial em Minas Gerais. Essa decisão levou a desenvolver o projeto em duas fases, detalhadas a seguir.

### FASE I – ANÁLISE DOCUMENTAL

Procedeu-se à análise dos Projetos Político-Pedagógicos elaborados pelas Escolas Estaduais de Educação Especial de Belo Horizonte para serem implementados no ano letivo de 2007, conforme orientação do Projeto *Escolas Especiais: Um Novo Tempo*, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. O propósito era identificar funções reconhecidas e legitimadas por essas instituições para os psicólogos e levantar categorias que pudessem orientar, na segunda fase do trabalho, a análise das entrevistas realizadas com os psicólogos.

A análise documental forneceu informações gerais referentes à estrutura das instituições e aos serviços propostos para satisfazer à perspectiva inclusiva.

Para a reestruturação dos serviços, as instituições seguiram as determinações da Orientação SD n. 1 (MINAS GERAIS, 2005), oferecendo salas de escolarização para os casos graves, oficinas profissionalizantes, salas-ambiente, salas de recurso e os serviços de itinerância e professor de apoio. O planejamento dos serviços partiu das características próprias de cada instituição: estrutura física, disponibilidade de recursos e materiais, clientela e formação técnica dos profissionais para assumir atividades que exigem conhecimentos específicos.

Foram atribuídas aos psicólogos funções que atendiam tanto à perspectiva inclusiva como às necessidades das escolas especiais no seu modelo tradicional de atendimento. As funções eram desempenhadas individualmente ou por meio de ações conjuntas, integrando equipes técnicas. Essa constatação possibilitou a criação da primeira categoria de análise – Perspectiva de ação – que diz respeito à maneira como as atividades eram realizadas, *individualmente* ou em *equipe*.

Outro aspecto identificado nos documentos correspondia à concepção de atendimento subjacente à realização da tarefa. Em alguns casos, prevalecia o atendimento tradicional, baseado no modelo clínico e voltado para a solução de problemas referentes ao processo ensino-aprendizagem. Em outras situações, as ações estavam direcionadas para o sistema institucional, abarcando planejamentos; estruturação e coordenação de serviços; revisão e reestruturação de práticas pedagógicas; levantamento de demandas; suporte aos profissionais da escola ou de outras instituições; acompanhamento de alunos e familiares; capacitação profissional, ou práticas que atendiam às demandas da Educação Especial como subsídio para a perspectiva inclusiva. Para diferenciar e classificar essas formas de atendimento, foi criada outra categoria de análise – Perspectiva de atendimento – dividida em duas subcategorias: *práticas institucionalizadas* e *práticas inclusivas*.

Assim, conforme o objetivo proposto, a análise documental dos PPPs permitiu a identificação das funções reconhecidas e legitimadas pelas

instituições para os psicólogos atuarem apoiando a Educação Inclusiva, de sorte a fornecer os subsídios necessários para a continuidade desta pesquisa.

## **Fase II – Identificação das funções autoatribuídas por psicólogos**

Nesta fase, foram entrevistados os 14 psicólogos que representavam o grupo de profissionais atuantes nas sete Escolas Estaduais de Educação Especial de Belo Horizonte, as quais atendiam a alunos com deficiência mental.

As entrevistas focalizaram a atividade profissional dos psicólogos, visando à identificação e análise das funções desempenhadas para satisfazer a perspectiva inclusiva. Esperava-se que, ao relacionar suas funções, explicitar como são executadas e com qual objetivo, eles revelassem com que intuito exerciam suas atividades, ou seja, atendendo à perspectiva inclusiva ou permanecendo com as práticas tradicionais do ensino especial.

Evitando induzir os entrevistados ou direcionar suas respostas para o foco de interesse, eles foram convidados, primeiramente, a responder a uma questão mais abrangente, que investigava de maneira generalizada o seu fazer dentro da escola. Em um segundo momento, foram apresentadas questões específicas, denominadas “questões focalizadoras”. Elas abordavam o modo como, na perspectiva dos psicólogos entrevistados, as escolas e seus profissionais viveram o processo de mudança gerado pela implementação do *Projeto Escolas Especiais: Um Novo Tempo*, os serviços propostos pela escola, os serviços propostos para o setor de psicologia no projeto político-pedagógico elaborado para ser implementado desde o ano letivo de 2007 e as funções que esses profissionais disseram ter assumido para atender à perspectiva inclusiva. Essas informações foram tratadas e analisadas com base em processos qualitativos de análise de conteúdo, a partir da diferenciação entre as *Perspectivas de ação* e as *Perspectivas de atendimento*, conforme as categorias de análise criadas com a análise dos PPPs das escolas.

O tratamento dessas informações e os procedimentos de análise dos dados foram executados em três momentos distintos e subsequentes. Primeiro, o trabalho voltou-se para as informações levantadas com a questão desencadeadora, trabalhando as informações de cada entrevistado para uma análise das funções autoatribuídas. Posteriormente, o foco foram as informações coletadas com as questões focalizadoras, comparando-se

as informações de cada entrevistado com aquelas fornecidas na questão desencadeadora, a fim de ratificar os dados levantados no primeiro momento ou identificar possíveis complementações e contradições nas descrições das atividades que os profissionais disseram assumir, produzindo uma análise longitudinal das informações que cada entrevistado forneceu. Finalmente, levando-se em conta as informações como um todo, procedeu-se à análise dos dados levantados com a questão desencadeadora, comparando-os com os dados obtidos com as questões focalizadoras, para análise final de todo o material trabalhado.

As falas referentes às atividades desempenhadas pelos profissionais forneceram dados traduzidos nas funções que os psicólogos dizem assumir, na prática profissional, e que se diferenciam conforme a natureza das atividades. No cumprimento de uma função, as atividades se distinguem de escola para escola, em obediência às demandas da instituição, e também de profissional para profissional, provavelmente em função da formação acadêmica, experiência profissional e concepção individual do trabalho do psicólogo na educação – aspectos que influenciam na realização das tarefas e que se traduzem em atividades tradicionais ou atividades condizentes com o princípio inclusivo.

Considerando a natureza das atividades, as funções desempenhadas pelos profissionais puderam ser divididas em três grandes grupos, os quais englobavam uma série de funções caracterizadas por atividades diversas. Assim, examinado a natureza das atividades, foi possível identificar atividades que são assumidas como específicas do setor de psicologia, atividades de suporte a outros setores ou grupos instituídos na escola e atividades alheias ao setor.

### **GRUPO 1: ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO SETOR**

Atividades apresentadas como de responsabilidade do setor (ou do profissional), realizadas com o uso de conhecimentos, métodos e técnicas específicas da área, incluindo a coordenação de serviços, avaliações, elaboração de documentos técnicos ou acompanhamentos, orientações ou intervenções voltadas para determinados grupos da instituição. São

atividades desenvolvidas de maneira autônoma, pelas quais o profissional responde de modo independente.

Esse primeiro grupo de atividades reuniu a maioria das funções assumidas pelos profissionais na escola. Tal fato revela que aquilo que é considerado como específico do setor e de sua competência inclui atividades que perpassam, praticamente, todos os serviços da escola e os sujeitos a eles ligados.

#### **GRUPO 2: ATIVIDADES DE SUPORTE A OUTROS SETORES OU GRUPOS INSTITUÍDOS NA ESCOLA**

Atividades de assessoria, apoio, auxílio e contribuição que visam atender, no âmbito de sua competência profissional, a demandas específicas de determinado setor ou grupo instituído na escola (direção, equipe multiprofissional, equipe/setor pedagógico). Dessa forma, mesmo que, como acontece em alguns casos, a atividade seja executada com certa regularidade, o psicólogo não tem autonomia para assumir a tarefa ou tomar decisões de modo independente.

As atividades de suporte a outros setores ou grupos instituídos nas escolas revelam que o psicólogo tem acompanhado de maneira mais sistematizada a dinâmica das salas de aula e da escola como um todo, e participado mais efetivamente de atividades, planejamentos e decisões de âmbito pedagógico. Assim, pode-se supor uma tendência à diminuição das práticas remediativas e das demandas para a solução de problemas emergenciais que delegavam ao psicólogo um lugar de saber muitas vezes mágico e o impediam de contribuir para as questões relacionadas ao trabalho pedagógico. Todavia, pôde-se observar que as funções desse grupo concentraram atividades dirigidas às questões internas da escola, envolvendo os profissionais e a clientela da escolaridade. As atividades que ganhavam intuito inclusivo estavam associadas a avaliações, discussão de casos para indicação de alunos em condições de serem incluídos, estruturação de novos serviços e o planejamento pedagógico (desses serviços), ou seja, atividades que, obrigatoriamente, colocam em pauta a questão inclusiva e exigem um posicionamento do profissional.

### **GRUPO 3: ATIVIDADES ALHEIAS AO SETOR (CAMPO PROFISSIONAL)**

Tarefas que não têm relação com a formação ou competência profissional resumem-se em uma prática de “tapa buracos”, cobrindo as deficiências da escola e atendendo às necessidades emergenciais da instituição.

Como esse grupo é representado por atividades que não caracterizam funções que competem ao psicólogo, aparecem, nesse caso, atividades diversas que não constituem uma prática formalizada.

### **CONCLUSÃO**

As atividades desenvolvidas individualmente, pelas quais o psicólogo responde sozinho, perpassam todos os setores da escola e podem estar voltadas para todos os sujeitos da instituição. Constatou-se que os psicólogos vêm mudando a sua maneira de atuar nas escolas, envolvendo-se mais nas questões pedagógicas, isto é, no planejamento, contribuindo na tomada de decisões ou mesmo participando dos eventos e, dessa forma, desenvolvendo muitas atividades em equipe. Tais mudanças não têm relação direta com a possibilidade de trabalho em uma perspectiva inclusiva, mas indicam um acesso maior aos ambientes, aos sujeitos e às questões vivenciadas pela escola, de sorte que tendem a favorecer o trabalho quando este é realizado com intuito inclusivo.

Foi possível observar, nas falas dos entrevistados, que eles conservaram em suas atuações muitas atividades que atendem às demandas do ensino especial nos moldes tradicionais, como as avaliações, os estudos de caso e o atendimento individual, de caráter emergencial, a alunos, professores e familiares, que se enquadram nas funções classificadas como práticas institucionalizadas. Contudo, foi constatado que algumas funções institucionalizadas vêm sofrendo mudanças no caráter de atendimento, respeitando a perspectiva inclusiva. Ao falar sobre as mudanças que perceberam no atendimento das escolas especiais em suas trajetórias profissionais, os psicólogos admitiram que algumas alterações ocorreram nos últimos anos e, em especial, após a implementação do Projeto *Escolas Especiais: Um Novo Tempo*.

Contra-pondo-se às respostas à questão desencadeadora, aquelas fornecidas para as questões focalizadoras trouxeram algumas contradições ou complementações nas falas dos entrevistados, que poderiam ser justificadas pelo processo de mudança que estavam vivenciando. Os psicólogos ainda não haviam incorporado a concepção inclusiva a ponto de aplicá-la naturalmente as suas práticas. Não ficava evidente no discurso desses profissionais uma mudança efetiva de concepção sobre a forma de atendimento. O intuito inclusivo aparecia quando eram obrigados a responder ou atuar de acordo com esse paradigma, como acontecia quando estavam às voltas com os serviços criados para atender às escolas comuns. Nesse sentido, o intuito inclusivo avançava e retrocedia conforme a exigência da função que estava sendo cumprida, o que difere do trabalho realizado com base em uma mudança de concepção de atendimento na qual a finalidade é defender, promover ou facilitar, em todas as funções que executa, o processo de inclusão dos alunos.

Além das mudanças pessoais de concepção e aquelas relacionadas com o trabalho desenvolvido pelo setor de psicologia para atuar conforme a perspectiva inclusiva, outros aspectos relacionados com as instituições criaram barreiras que imobilizaram até os profissionais mais ousados. A Educação Especial ainda não é vista como um serviço de apoio, um serviço complementar que pode subsidiar o trabalho com alunos em processo de inclusão nas escolas comuns. Há preocupação em manter uma estrutura de atendimento capaz de demarcar seus limites de atuação e sustentar a escola especial como um lugar imprescindível para o desenvolvimento escolar de alunos com deficiência. As demandas do ensino comum são muito claras e frequentes, mas o profissional não encontra espaço para responder a essa demanda. Foi possível constatar que permanecem, na atuação dos entrevistados, atividades tradicionais: algumas delas vêm ganhando contornos inclusivos e outras são efetivamente inclusivas, em razão do serviço ao qual estão ligadas ou por uma mudança efetiva de concepção de atendimento pelo profissional. Com este estudo, cumpriu-se o objetivo de verificar, em um processo de mudança, o que o psicólogo propõe e o que ele assume, efetivamente, como sua função, instituindo novos papéis e delimitando seu campo de atuação para atender a um novo paradigma.

## REFERÊNCIAS

- MANTOAN, M. T. E. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOÁUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. *Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 27-40.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. *Parecer n. 424, de 27 de maio de 2003*. Propõe normas para a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003a. Disponível em: <<http://www.cee.mg.gov.br/parecer424.2003.htm>>. Acesso em: 22 set. 2006.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. *Resolução n. 451, de 27 de maio de 2003*. Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino. Belo Horizonte, 2003b. Disponível em: <<http://www.cee.mg.gov.br/resolucao451.htm>>. Acesso em: 22 set. 2006.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. *Orientação SD n. 1, de 9 de abril de 2005*. Orienta o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <[http://www.educacao.mg.gov.br/sistema/banco\\_objetos\\_seemg/{283F2BD7-4FC6-4570-A02B-D23B8829D63D}\\_orientacao\\_sd\\_01-2005.pdf](http://www.educacao.mg.gov.br/sistema/banco_objetos_seemg/{283F2BD7-4FC6-4570-A02B-D23B8829D63D}_orientacao_sd_01-2005.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2006.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Projeto Incluir*. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <[http://www.educacao.mg.gov.br/sistema/index.asp?ID\\_PROJETO=28&ID\\_OBJETO=25725&ID\\_PAI=24437&tipo=Objeto](http://www.educacao.mg.gov.br/sistema/index.asp?ID_PROJETO=28&ID_OBJETO=25725&ID_PAI=24437&tipo=Objeto)>. Acesso em: 20 jan. 2007.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Projeto Escolas Especiais: um novo tempo*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <[http://www.educacao.mg.gov.br/sistema/index.asp?ID\\_PROJETO=28&ID\\_OBJETO=25150&ID\\_PAI=24413&tipo=Objeto](http://www.educacao.mg.gov.br/sistema/index.asp?ID_PROJETO=28&ID_OBJETO=25150&ID_PAI=24413&tipo=Objeto)>. Acesso em: 28 jul. 2006.
- PADILHA, S. A.; FREITAS, S. N. A instituição especializada no cenário da Educação Inclusiva: o contexto brasileiro. In: RODRIGUES, D.; KREBS, R.; FREITAS, S. N. (Org.). *Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais*. Santa Maria: UFSM, 2005. p. 13-43.
- PRIETO, R.G. *Políticas Públicas de Inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores*. São Paulo, 2002. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_politicas\\_de\\_inclusao.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_politicas_de_inclusao.asp)>. Acesso em: 17 nov. 2004.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2006.